



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Telefone: (38) 3635-1347

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG  
E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.camaraarinos.mg.gov.br

**PARECER Nº 08/2025**

**PROJETO DE LEI Nº 05/2025**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**RELATOR VEREADOR JÚNIOR VALADARES**

## RELATÓRIO

De autoria do Vereador Matheus Philipe, o projeto de lei em epígrafe “dispõe sobre a transmissão em tempo real de todas as sessões ordinárias e audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Arinos”.

Recebida e publicada no quadro de avisos em 7 de fevereiro de 2025, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação, Justiça e de Redação; de Administração Pública; e de Finanças, Tributação Orçamento e Tomada de Contas e Fiscalização Financeira, para exame individual.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão, para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade, legalidade e adequação regimental, conforme dispõe o art. 169, combinado com o art. 91, I, “a” do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

## FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em exame visa atribuir à Câmara Municipal de Arinos a obrigação de promover a transmissão em tempo real de todas as suas sessões ordinárias e audiências públicas.

O artigo 2º do projeto estabelece que essa transmissão deverá ser feita em tempo real, por meio do site oficial e/ou redes sociais desta Casa. As gravações em áudio e vídeo deverão ser mantidas em disponibilização por 4 (quatro) anos, após o término da transmissão (art.2º, §1º).



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Telefone: (38) 3635-1347

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG  
E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.camaraarinos.mg.gov.br

Em sua justificação, o autor argumenta, em síntese, que:

Esta iniciativa visa ampliar o acesso às sessões para toda a população, e assim, garantir um melhor cumprimento ao princípio da publicidade, instituído no Art. 37 da Constituição Federal de 1988:

[...]

Além disso, é uma ação que contribui para o cumprimento da Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011). A Lei da Transparência institui que todo governo deve disponibilizar em tempo real as informações sobre a execução orçamentária e financeira, o que envolve inclusive informações sobre programas, ações e projetos. E a Lei de Acesso à Informação determina que o Município forneça informações públicas a qualquer cidadão que as solicitar, sem que precise apresentar um motivo para isso.

[...]

Assim, a legislação assegura que a Administração Pública tem o dever de incentivar a participação popular e oferecer meios de acesso à informação de forma proativa e transparente. Desta maneira, a transmissão em tempo real, das sessões ordinárias e das audiências públicas ajuda no cumprimento dessas leis e visa ampliar os meios para que a população possa acompanhar, informar-se, exercer a fiscalização e o controle social da administração pública, fortalecendo a democracia.

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição da República<sup>1</sup>.

No entanto, quanto à iniciativa, entendemos que compete privativamente à Mesa Diretora propor matérias de tal natureza, porquanto incumbe a ela, na qualidade de comissão executiva, dirigir os trabalhos legislativos e tomar as providências necessárias à sua regularidade (art. 68, I, do RI).

<sup>1</sup> Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Telefone: (38) 3635-1347

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG  
E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.camaraarinos.mg.gov.br

Outrossim, compete à Mesa Diretora definir limites e competência para ordenar despesas, dentro da previsão orçamentária, e autorizar a celebração de contratos (art. Art. 68, IV, do RI).

A matéria em exame, além de adentrar a questões referentes à direção dos trabalhos do Legislativo, impondo uma medida a ser adotada obrigatoriamente pela Mesa Diretora, gera despesas cuja fonte de recursos não foi indicada pelo autor da proposição.

Desse modo, em que pese a relevante iniciativa do nobre vereador, o projeto de lei em comento padece de vício de iniciativa.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 05, de 2025.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2025.

Vereador JÚNIOR VALADARES  
Relator

17/Fev/2025 000013499:CAMARA MUNICIPAL